

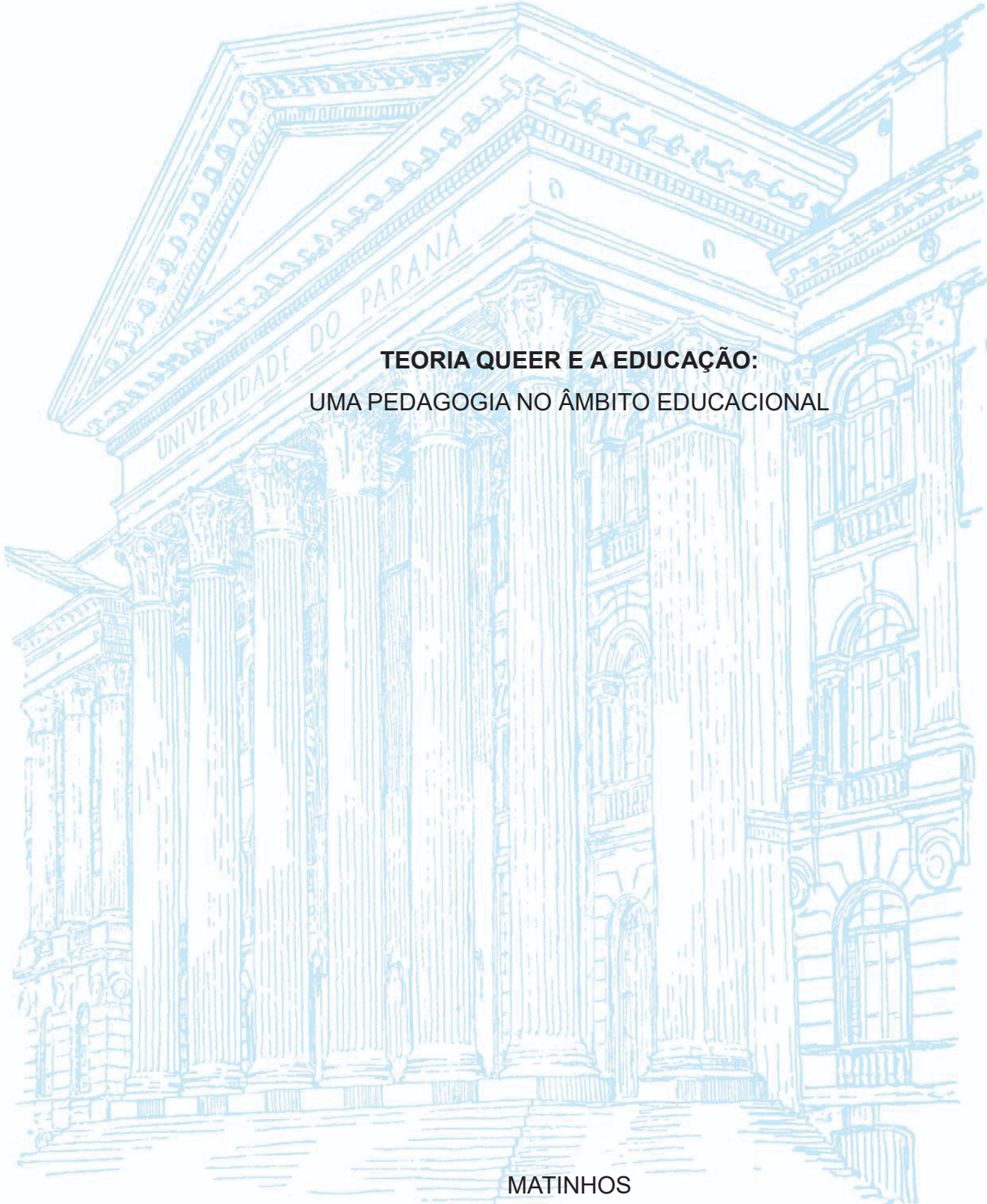
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS HENRIQUE NUNES BATISTA

**TEORIA QUEER E A EDUCAÇÃO:
UMA PEDAGOGIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL**

MATINHOS

2022



LUCAS HENRIQUE NUNES BATISTA

TEORIA QUEER E A EDUCAÇÃO:
UMA PEDAGOGIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão da Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Robson de Oliveira.

MATINHOS

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

Dedico esse trabalho aos meus pais Marli Nunes Batista e Cláudio Batista, minha irmã Leocádia, minhas sobrinhas Thaemily e Thayani por todo amor, carinho e respeito. Também dedico à minha família de Matinhos e a todas as pessoas LGBTQIA+.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família, minha mãe Marli Nunes Batista e meu pai Cláudio Batista por sempre me incentivarem a estudar e continuar seguindo em frente. Agradeço imensamente minha irmã Leocádia e minhas sobrinhas Thaemily e Thayani por todo amor e carinho.

A família que construí aqui em Matinhos, minhas katuchas Eliane, Lua e Carmindo, por sempre serem meu porto seguro e estarem presentes nos momentos de alegria e de desespero. A minha amiga e companheira de casa, Mari, pelas conversas, pelo apoio, e por sempre me trazer novas reflexões sobre a vida. A minha gata Diamba que sempre me oferece carinho nas horas de escrita, a Alaska e a Valente por fazerem o mesmo quando a Diamba não estava perto. As minhas amigas Monique e Kamila por me fazerem acreditar em mim em momentos que não conseguia.

Ao meu orientador Robson por me acompanhar nesse processo de pesquisa, por compartilhar seus conhecimentos e respeitar o meu tempo de escrita. Não escolheria outro orientador. .

As professora Ângela Katuta e Gilmara, por aceitarem compor minha banca e por me darem apontamentos essenciais e necessários para seguir minha pesquisa.

A todas as LGBTQIA+, que cada vez mais elas estejam presentes e ocupem os espaços acadêmicos e todos os espaços que elas desejem estar.

A UFPR Litoral e a todas/os professores da Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, por me proporcionar esta oportunidade.

RESUMO

Os debates acerca das questões de gênero e sexualidade estão tomando cada vez mais espaço dentro da academia, na mídia, e também dentro do ambiente escolar. As respostas antes dadas para essas questões, advindas da sociedade por vezes de uma sociedade conservadora, e dos discursos baseados no certo e errado já não servem mais para responder aos questionamentos da juventude LGBTQIA+. A partir das análises de algumas pesquisas feitas pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) sobre violência contra a população LGBTQIA+ dentro da escola, este trabalho buscou pensar a teoria queer como uma teoria que pode contribuir para se pensar a educação e atuar como uma pedagogia dentro do ambiente escolar. Por questionar os padrões binários de gênero e sexualidade, fazer pensar sobre as identidades, a teoria queer pode contribuir para que a escola se torne um espaço mais democrático e inclusivo. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas principalmente baseadas em Guacira Lopes Louro e João Silvério Trevisan, que trabalham essas temáticas em suas obras. A partir das leituras e reflexões sobre a teoria queer e sobre os dados de LGBTQIA+fobia presentes na escola na realidade brasileira, buscou-se pensar em uma pedagogia queer, enquanto uma pedagogia que pode contribuir para a diminuição das práticas das violências sofridas por pessoas LGBTQIA+ dentro do ambiente escolar

Palavras-chave: Teoria Queer. Educação. Pedagogia Queer.

ABSTRACT

Debates about gender and sexuality issues are taking more and more space in the academia, in the media, and also in the school environment. The answers previously given to these questions, sometimes coming from a conservative society, and from discourses based on right and wrong are no longer useful to answer the questions of LGBTQIA+ youth. Based on the analysis of some research done by GGB (Grupo Gay da Bahia) on violence against the LGBTQIA+ population in schools, this work sought to think about queer theory as a theory that can contribute to thinking about education and act as a pedagogy within the school environment. By questioning the binary standards of gender and sexuality, making us think about identities, the queer theory can contribute for the school to become a more democratic and inclusive space. To this end, we carried out bibliographic research based mainly on Guacira Lopes Louro and João Silvério Trevisan, who work on these themes in their works. Based on the readings and reflections about queer theory and about the data of LGBTQIA+phobia present in school in the Brazilian reality, we tried to think about a queer pedagogy, as a pedagogy that can contribute to the decrease of violence practices suffered by LGBTQIA+ people inside the school environment.

Keywords: Queer Theory, Education, Queer Pedagogy.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	16
1.1 Entendendo a Teoria Queer	17
1.2 Realidade LGBTQIA+ no Brasil no Âmbito Escolar.....	30
1.2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PEDAGOGIA QUEER.....	35
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho busca refletir sobre algumas inquietações pessoais, que almejam analisar a teoria queer e a educação, como uma proposta de repensar as práticas educacionais voltadas para uma educação e uma pedagogia mais inclusiva. Evitando assim, a exclusão e defasagem da população LGBTQIA+, além de prevenir que certas violências se perpetuem na escola.

Esta pesquisa, portanto, parte primeiramente de um interesse pessoal acerca das vivências enquanto homossexual, profissional da educação, ativista dessa pauta, e filho da escola e universidade pública. Tanto os espaços como as categorias que ocupo se interseccionam, se misturam e corroboram para a elucidação dessa pesquisa, amparadas pelas perspectivas, teorias e leituras.

Desde criança e adolescente com o despertar da sexualidade, muitas questões relacionadas a isso, ao gênero e aos meus desejos, me faziam refletir e muitas vezes me causavam medo. Não entendia muito bem o que deveria ser ao certo, mas tinha a impressão que existia um caminho preparado, e que todas as mulheres e todos os homens deveriam passar por esses lugares durante o decorrer da vida, como ritos que não podiam ser quebrados e nem transgredidos. Essas questões sempre foram muito privadas, escondidas, e quase proibidas de serem expressadas, por muito tempo me questionei sozinho sobre elas, e recebia como resposta discursos prontos da família, da escola e da igreja, que definiram minha sexualidade como “anormal”. Advindas de uma cultura patriarcal e amparadas tanto por uma moral religiosa como também por uma visão patologizante, esses discursos definiam o que era “normal” e “natural”, assim como o que era certo e o que era errado.

Nesse sentido, e a fim de compreender melhor essas questões o primeiro item desse artigo tem por objetivo compreender o que é a teoria queer, não no sentido de querer colocar uma resposta definitiva, mas de entender seu processo de formulação, as/os principais autoras/es, e o que propõe para compreensão das questões de gênero e sexualidade. Em virtude disso, a base para compreensão da teoria queer se deu principalmente por leituras feitas de Guacira Lopes Louro e João Silvério Trevisan. Ambos trazem um esboço dessa teoria e apresentam em suas obras elementos conceituais de Michel Foucault, Jacques Derrida e Judith Butler, os

quais se tornaram base para a construção da teoria queer, juntamente com a perspectiva da realidade brasileira.

Já no segundo item deste artigo, busquei elaborar um esboço sobre as violências vividas por LGBTQIA +, principalmente estudantes. Esses episódios esboçam, infelizmente, a realidade atual do Brasil, tornando-se necessário construir perspectivas que possam ser pensadas no âmbito educacional, onde esses jovens ainda não se sentem seguros, e acabam sendo ejetados desse espaço. É inegável que existem leis e projetos conservadores, os quais acarretam em inúmeros retrocessos, e por isso mesmo, é fundamental pensar novas práticas para que essas violências não aconteçam e a escola se torne um lugar mais inclusivo e seguro.

Por fim, o último item deste artigo procurou evidenciar como a teoria queer e a educação podem se conectar para pensar perspectivas que realmente abranjam o respeito e que consigam quebrar as barreiras binárias de gênero e sexualidade. Também, procura-se, a partir das reflexões sobre a teoria queer, desconstruir as noções de “normal” e “anormal”, uma vez que todas as pessoas são constituídas por diferenças e que assim como o conhecimento em si, não existem respostas prontas, mas um constante devir.

As questões relacionadas à gênero e sexualidade atualmente estão cada vez mais em alta, e nos fazem repensar sobre as categorias e discursos prontos que a sociedade criou. Nesse sentido, a teoria queer busca uma nova forma de compreender essas interrogações e produzir mais perguntas, afirmando que somos os sujeitos de nossas próprias histórias, legitimando novas formas de existência e expressão.

1.1 ENTENDENDO A TEORIA QUEER

O primeiro item deste artigo tem como propósito esclarecer sobre o surgimento da teoria queer e seus significados, assim como, conceituar o que é o queer, e como as identidades sexuais e de gênero vem passando por grandes transformações. Primeiramente, vale ressaltar que essa teoria não propõe uma ideia determinada sobre as questões de sexualidade e gênero, mas faz refletir acerca da identidade e traz conceitualmente alguns aspectos importantes para pensarmos a nós mesmos.

Inicialmente, a teoria queer é influenciada principalmente pelo pós-estruturalismo francês, alguns de seus referenciais se dão na construção discursiva

das sexualidades propostas por Michel Foucault, e pela operação de desconstrução proposta por Jacques Derrida. Segundo Louro (2001), o filósofo Derrida nos mostra que a lógica ocidental opera, tradicionalmente, através de binarismos, ou seja, é um pensamento que elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado. Neste sentido, o termo inicial é sempre entendido como superior, e seu oposto, dessa forma, o outro, é seu derivado. O que Derrida (apud. LOURO, 2001) afirma, é a possibilidade dessa lógica ser abalada, através de um processo desconstrutivo, que desordena a lógica binária. Vale ressaltar que desconstruir não significa destruir, como lembra Barbara Johnson, mas “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer” (apud. LOURO, 2001).

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as queer, a oposição heterossexualidade/ homossexualidade – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos (LOURO, 2001, p. 548).

Conforme trabalhado em seu livro “Devassos no Paraíso”, João Silvério Trevisan (2018) ao discutir a teoria queer, nos traz uma concepção sobre as discussões dessa teoria:

Tornada um bicho-papão para as aulas de moral fundamentalista, a difusão da teoria queer deu um impulso fundamental no terreno das sexualidades não normativas – e não apenas artigos acadêmicos. Os estudos queer já tinham seus pressupostos desde os anos de 1970, como corolários teóricos da contracultura nos Estados Unidos. Sua proposta inicial supunha basicamente uma luta contra o sistema social, que deveria ser transformado, já que estava na origem da opressão sexual. Nesse sentido, por exemplo, família e casamento homoeróticos estavam fora de questão, por manterem fortes laços com a heteronormatividade (TREVISAN, 2018, p. 506).

Trevisan (2018) ressalta que a teoria queer se propõe a discutir sobre as sexualidades não normativas, ou melhor, que não se enquadram dentro do discurso heterossexual, branco e cristão de classe média e alta. Segundo o autor, antes de receber esse nome percebe-se que já existiam pressupostos sobre essa teoria, ou seja, o fenômeno queer já existia antes mesmo de sua classificação enquanto queer. Deste modo, as nuances do queer se delineiam na crítica ao padrão heteronormativo que faz parte da cultura hegemônica da sociedade.

É no final do século XX que o queer ganha força no Brasil, segundo Louro (2001), em estudos pós-identitários. A política queer surgiu por meio dos intelectuais nos anos 90, e o termo foi cunhado pela primeira vez por Teresa de Lauretis em uma conferência na Califórnia neste mesmo ano. Esse termo, um pouco confuso de início, passa a ser um meio para descrever uma perspectiva teórica. Desde então, o queer vem sendo empregado para descrever a instabilidade das identidades sexuais e de gênero, propondo um enfoque não tanto sobre as populações específicas, mas sobre o processo envolvido nas categorizações e sua desconstrução. Segundo a autora, o queer pode ser entendido da seguinte maneira:

Segundo estudiosos o Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

Muitos/as estudiosos/as consideram a sexualidade como algo essencialista, universal, e imutável, ou ainda, um dado natural de cada ser humano. Nesse sentido, para entender as relações de gênero e sexualidade é preciso compreender que estas estão envolvidas e marcadas por processos profundamente culturais e plurais:

Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

Para compreender o que são as relações de poder, é possível usar como base as teorias de Foucault, que se interessou pelo poder, mas não com o intuito de tentar decifrá-lo ou de dizer a verdade sobre ele, como é o caso de muitas das vertentes teóricas existentes. Seu olhar esteve voltado ao tema com o objetivo de analisá-lo por um viés não centralizado e nem hierárquico, deixando de lado a busca por uma centralidade fixada no Estado, ou pelo modo jurídico, que compreende o poder em forma de lei.

Segundo Louro (2001), a teoria de Foucault sobre o poder juntamente com suas análises discursivas, tiveram grande contribuição para os estudos da teoria queer, ao colocar as relações de poder em consonância com os discursos sobre os sujeitos presentes na sociedade. Nas palavras do filósofo:

[...] vivemos, já há mais de um século, numa sociedade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar”. Ele desconfia desse alegado silêncio e, contrariando tal hipótese, afirma que o sexo foi, na verdade, “colocado em discurso”: temos vivido mergulhados em múltiplos discursos sobre a sexualidade, pronunciados pela igreja, pela psiquiatria, pela sexologia, pelo direito...Empenha-se em descrever esses discursos e seus efeitos, analisando não apenas como, através deles, se produziram e se multiplicaram as classificações sobre as ‘espécies’ ou ‘tipos’ de sexualidade, mas também como se ampliaram os modos de controlá-la. Tal processo tornou possível, segundo ele, a formação de um “discurso reverso”, isto é, um discurso produzido a partir do lugar que tinha sido apontado como a sede da perversidade, como o lugar do desvio e da patologia: a homossexualidade (LOURO,2001, p. 547).

De acordo com a filosofia de Foucault (2015, p. 50), a todo instante nossa sociedade produz efeitos de verdade, e essa constante produção de verdade em diferentes níveis não pode ser dissociada dos mecanismos de poder que resultam condutores e aglutinadores no interior da própria sociedade, a saber:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Neste sentido, é possível compreender as relações de poder presentes em cada sociedade, como um aparato que se manifesta na vida das pessoas, e também demarca e legitima os discursos sobre os sujeitos. Isso quer dizer que, em diferentes sociedades há diferentes discursos, que são transformados em verdadeiros ou falsos.

São vários os demarcadores que fazem com que os processos de gênero e sexualidade se perpetuem e se transmutam, é o que ocorre em um campo social, por exemplo, onde as relações de poder estão inseridas e que por assim dizer, codificam, normalizam e categorizam o normal e o anormal; tanto das sexualidades, gêneros, como também das práticas dos sujeitos. Sendo assim, por mais que a sexualidade se efetive a partir desses critérios, é preciso pensar que elas não são exatamente fixas, e isso acarreta em algumas problemáticas. Ou melhor, essas plurais e diferentes identidades constituem os sujeitos na medida em que estes são interpelados por situações, por instituições ou agrupamentos sociais, sendo assim:

Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. (LOURO, 2000, p.9).

Entende-se, assim como afirma Louro, que podemos nos reconhecer em alguns momentos inseridos dentro de uma identidade, porém, isso não significa que permaneceremos nela para sempre. Somos marcados por várias transformações, interesses individuais, intercalados por vários pertencimentos sociais. Isso pode nos direcionar para várias direções, e, certamente, para descobertas de novas possibilidades de ser.

Jeffrey Weeks, autor do texto “Corpo e Sexualidade”, contido na obra “Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade”, organizada por Louro (2000), defende que por mais que o desconhecido cause incerteza, e a sociedade preze pelas identidades, é preciso de algo que dê um fundamento para as ações e, então, a

partir disso, será possível construir “narrativas pessoais”, biografias próprias e que, de alguma forma, garantam coerência.

O debate queer traz a percepção da fluidez das identidades e de como elas estão conectadas com fatores externos a nós. Nesse sentido, não se busca uma essência, ou natureza humana que fundamente nossas práticas, mas parte-se da compreensão que é na e pela cultura, que as identidades irão se compor e se transformar. Ou seja, a forma como entendemos as identidades se altera de acordo com o tempo e com as suas regras. Quando falamos sobre nós, e o que somos no mundo, trazemos em nossas falas categorias culturais que revelam de onde somos. Assim como demonstram o gênero ao qual pertencemos, o território onde estamos inseridos, o nível de escolaridade, e assim por diante.

Do mesmo modo, compreende-se que o gênero e a sexualidade, assim como outras identidades, não têm um caráter estritamente inato ou biológico, mas é no âmbito da cultura que passamos a nos identificar de uma determinada forma. Ou seja, a partir dos elementos que constituem aquela cultura e através dos discursos presentes nela. Nesse caso, Louro afirma:

É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (LOURO, 2000, p.6).

Louro (2000) nos coloca a cultura e a história como elementos determinantes para se pensar as identidades sociais, não se fechando apenas nas identidades sexuais e de gênero. A autora também traz para discussão as identidades de raça, nacionalidade, classe, entre outras. Ou seja, quando buscamos responder a essas questões, nos referimos a esses marcadores sociais, por meio dos quais é possível ter uma compreensão de como a cultura, no qual a pessoa está inserida, interfere e interferiu nas características com as quais passou a se identificar. Por isso, quando tratamos de questões relacionadas à identidade, percebe-se que elas não têm um inatismo, nem são totalmente naturais, elas se configuram através de alguns demarcadores sociais e culturais e se diferem de cultura para cultura.

Não podemos desconsiderar que a sociedade é composta por alguns demarcadores sociais que distribuem e organizam a norma de uma sociedade, o patriarcado é um desses fatores que mais entram nessa perspectiva de ditar as normas. Isso implica em ordenamentos hierárquicos, que se relacionam com as redes de poder que circulam numa sociedade. Nesse sentido, o reconhecimento do outro que não pertence ao grupo e que não tem os mesmos atributos que o grupo possui é feito a partir do lugar que este outro ocupa socialmente. Reconhecendo que, a partir disso, existem as hierarquias, aqueles que ocupam o lugar da norma - que é construída social e culturalmente - determinam o lugar daqueles que ficam à margem, ou seja, fora do padrão estabelecido.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens). Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000, p. 9).

A teoria queer, traz em si várias problemáticas em torno das identidades por querer colocá-las em questão. Porém, desacredita que isso seja possível no campo político, pois para conseguir alguns direitos é preciso se afirmar dentro de uma identidade; mostrando que se declarar transsexual, gay, bissexual ou lésbica está além de uma afirmação pessoal, mas também se trata de uma postura política. Segundo Louro (2000), pela centralidade que a sexualidade adquiriu nas modernas sociedades ocidentais, parece ser difícil entendê-la como tendo as propriedades de fluidez e inconstância.

Frequentemente nos apresentamos (ou nos representamos) a partir de nossa identidade de gênero e de nossa identidade sexual. Essa parece ser, usualmente, a referência mais "segura" sobre os indivíduos. Assumir-se em uma determinada identidade, segundo o autor Jeffrey Weeks, se dá principalmente pelo

fato de termos medo das incertezas e da ameaça de dissolução que implica não ter uma identidade fixa. Precisamos de algo que dê fundamento para nossas ações e, assim, seja possível construir narrativas pessoais. Nesse sentido, o corpo passa a ser a referência central do indivíduo.

Num mundo de fluxo aparentemente constante, onde os pontos fixos estão se movendo ou se dissolvendo, seguramos o que nos parece mais tangível, a verdade de nossas necessidades e desejos corporais. (...) O corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar. Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se os desejos sexuais, sejam hetero ou homossexuais, são inatos ou adquiridos? Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se o comportamento generificado corresponde aos atributos físicos? Apenas porque tudo o mais é tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos pronunciam (WEEKS apud. LOURO 2000 p. 8).

Segundo Jeffrey Weeks, as identidades estão sempre em fluxos constantes. Ao olharmos sob o ponto de vista social, percebemos que as classificações passaram por grandes mudanças nas últimas décadas e as formas e categorias com as quais os sujeitos se identificam passaram a crescer. Percebe-se que, antes dessa classificação, havia a prática e depois passou-se à nomeação dessa prática, como uma forma de categorização. Também nesse processo, o corpo é o lugar onde se julgam as performances, e se categorizam os sujeitos.

De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação. Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam (LOURO, 2000, p. 9).

A teoria queer constata que nossos corpos são atravessados por distintos significados, que são recebidos por meio da cultura e, a partir desse construto social e estabelecimento de nossos corpos, somos enfim classificados.

Dessa forma, compreende-se que não existe um sujeito, sexualidade ou gênero naturais, mas sim um indivíduo que se constrói através do meio social no

qual está inserido e da cultura a qual pertence. Assim, essas categorias de gênero e sexualidade são perpassadas e transformadas pelo tempo, pela cultura, pelo contexto político e social. Dessa forma, é possível compreender a fluidez das identidades.

Butler (1999) problematiza a ideia de um sujeito que preexistia ao discurso, ou seja, é no discurso científico que se produz esse sujeito essencialmente universal. Isso demonstra que o discurso social e cultural existente pressupõe um sujeito antes de sua existência e o considera como estável e linear. Da mesma forma, a autora é crítica à ideia de uma substância inerente ao sexo e gênero, segundo a autora, os mesmos são uma construção social e cultural, diferindo-se assim da ideia de Simone de Beauvoir, a qual coloca o sexo como algo natural e o gênero como uma produção cultural. Para Butler, ambas são construções discursivas. Em seu artigo “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”, Butler se apropria das ideias de desconstrução de Derrida e das noções de poder e discurso de Foucault, para pensar essa problemática em torno do sexo. Segundo a autora:

A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla (BUTLER, 1999, p. 151).

Butler (1999) compreende o sexo como um ideal regulatório, cuja materialização ocorre ou deixa de ocorrer através de certas práticas altamente reguladas. Neste sentido, percebe-se que o “sexo” é uma construção social que busca uma idealização que é materializada através do tempo e se difere de cultura para cultura. Com isto podemos compreender que, o sexo não tem uma condição inata ao corpo, mas passa por um processo no qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma repetição forçada destas normas.

Nesse sentido, Butler (1999) chega à concepção de que pelo fato destas normas terem que ser o tempo todo reiteradas, repetidas e reforçadas na sociedade,

evidencia-se que a materialização nunca é totalmente completa, ou seja, os corpos não se conformam completamente a essas normas pelas quais sua materialização é imposta, ou seja:

Judith Butler toma emprestado da lingüística o conceito de performatividade, para afirmar que a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas, no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. Esse é um processo estrangido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (LOURO, 2001, p. 548-549).

Com isto, existe um duplo efeito causado por esses ideais regulatórios: ao mesmo tempo em que são afirmadas no âmbito social para reafirmar o seu domínio, também abrem espaço para as instabilidades e possibilidades de rematerialização, colocando em cheque a força hegemônica de suas leis regulatórias.

O conceito de performatividade abordado por Butler, evidencia a crítica que a mesma faz em relação à ideia que distingue sexo e gênero, assim não existe um destino natural ao corpo, ambas são construções culturais e sociais.

Em *Devassos no Paraíso*, podemos compreender melhor esse conceito através da análise de Trevisan (2018):

A teoria queer não foi criada por Judith Butler, mas sim aprimorada por suas abordagens teóricas em torno das identidades de gênero, cujos papéis “interpretados” se aproximam de “modos performáticos”. Butler ampliou a resignificação do termo pejorativo queer. Qualificando-o como “confusão queer”, para ela o antigo vocábulo “emerge como uma interpelação que propõe a questão do status de força e oposição, de estabilidade e variabilidade, dentro da *performatividade*” (grifo da autora). É através da repetição reiterada que se pode transformar um significado, diz ela, porque a ação de repetir “ecoa ações anteriores e acumula a força da autoridade através da repetição ou citação”. Ora, aí está a importância do ato performativo: ele redesenha e se sobrepõe às mesmas convenções constitutivas que o mobilizaram. O que implicará, cá entre nós, a prática instrumentalizada pelo modernismo brasileiro de 1922: a boa e velha antropofagia. Como o mais acabado exemplo de performatividade de gênero, Butler resgatou a personagem da Drag queen (TREVISAN, 2018, p. 508).

Sendo então a performatividade um conceito criado por Butler, para pensar essa repetição reiterada que pode transformar um significado, entende-se que, o gênero como esse construto social se apoia em ideais inalcançáveis, sendo que não existe um original no qual se apoiar; daí o resgate da personagem da Drag queen. O ato de se “montar”¹ pode ser entendido como um ato mundano e teatral de se apropriar, utilizar e atualizar os gêneros. Isso significa que toda prática de gênero é uma espécie de representação aproximativa.

Essa pauta não normativa que a teoria queer agregou, vem trazer novas questões práticas às exigências identitárias, em territórios só recentemente habitados. Dessa forma, é possível compreender como esse desvio que tenta fugir da normalização se desdobrou em diferentes formas identitárias, as quais foram se expandindo para contemplar tanto as siglas de cunho sexual como as que são referentes ao gênero também.

Assim, do antigo binarismo GL genérico, passou-se para GLBT e depois LGBT, adquirindo variações cada vez mais complexas, até chegar a agrupamentos quase cifrados como LGBTTTQI+ (com o Q de queer e o I de intersex plus), ou mesmo LGBT* (o * sinalizando tanto os vários Ts quanto a categoria queer, que abrangeria identidades de gênero e orientações sexuais avessas a qualquer rotulação e classificação). Mas já apareceu até o trenzinho LGBTTTIS, agregando o S do nosso antigo GLS para incluir simpatizantes. Em resumo, com o queer, entrou-se no terreno das sexualidades líquidas (TREVISAN, 2018, p. 42).

A teoria queer desorganiza as classificações feitas através dos discursos aceitos em nossa sociedade. Como é o caso da Transexualidade, definida de antemão, por meio de discursos médico-psiquiátricos, o qual reforçava preconceitos e reprimia pessoas trans nos mais diferentes aspectos, chegando a níveis de crueldade. Nesse ínterim, foi considerada pelo *Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais*, como doença mental e foi tratada como “transtorno de identidade de gênero”.

Já no ano de 2013, o termo se altera passando a ser classificado como “disforia de identidade de gênero”, também chamada de “síndrome da transexualidade”. Dessa maneira, uma das pautas do movimento trans é a retirada

¹ Segundo Jatene (1996), montar é usado no vocabulário drag queen para dar significado ao ato de montar um personagem. Ou seja, montar é a composição de codinome, indumentária, maquiagem, comportamento e até o modo de falar. Portanto, ao se montar a drag transforma-se em um personagem.

desse termo presente neste Manual, assim como ocorreu com a homossexualidade em 1973.

De fato, um dos casos mais marcantes no Brasil foi o caso da Laerte Coutinho em 2010, segundo Trevisan (2018), não seria exagero afirmar que a onda queer avassalou o Brasil através de sua “saída do armário” transgênera. Laerte revelou publicamente que estava em transição de gênero e que se identificava como uma pessoa bissexual. O processo de Laerte causou um impacto gigantesco sobre as questões relacionadas à transexualidade no Brasil. Primeiramente por se tratar de uma pessoa pública, homem casado, pai de três filhos e beirando os sessenta anos. Não que antes não houvesse pessoas trans, porém, estas só saíam do anonimato quando as manchetes de jornais anunciavam seu assassinato violento. Nesse sentido, através do caso da Laerte algumas questões relacionadas às perspectivas queer, principalmente sobre tomar posse de nossos corpos e criar nossas próprias narrativas.

Deu-se um passo adiante: o direito ao seu próprio corpo estendeu-se para a possibilidade de manipulação física, de modo a corresponder mais adequadamente a subjetividades singulares- com ou sem os processos cirúrgicos de transgenitalização. Afirmou-se, portanto, que os corpos pertencem basicamente a si mesmos, sem intermediação de segundos ou terceiros. Não só houve uma aproximação com a pauta do corpo feminista (questão do direito ao aborto), mas a própria readequação de sexo/gênero radicalizou essa pauta (pode-se escolher livremente ser mulher ou homem, em qualquer gênero). Tirando proveito de novas aquisições nas áreas de medicina e tecnologia, a proposta de construção/reconstrução dos corpos lançou as questões de gênero para a linha de frente dos mais importantes debates contemporâneos na cultura e sociedade, em todo o mundo, incluindo o Brasil (TREVISAN, 2018, p. 511-512).

Percebe-se com a pauta trans, que os corpos não necessitam de intermediação de terceiros para serem classificados, eles pertencem basicamente a si mesmo. Nesse sentido, apesar das normas sociais estabelecidas, é possível criar nossas próprias narrativas. Contribuindo para que os indivíduos compreendam que a cultura hegemônica tenta dominar e categorizar as subjetividades, através das suas engrenagens de categorização, definindo o que é normal e o que é abjeto.

Pode-se concluir então, que é inegável que a pauta trans trouxe, através das discussões apresentadas, uma grande contribuição para as questões relacionadas à sexualidade e gênero, desestabilizando as normas heteronormativas e patriarcais da

nossa sociedade. Outro ponto importante que deve ser observado, é que passamos a ter um nome a partir do olhar dominante, ou seja, através da cultura hegemônica.

Por fim, para entendermos melhor como a cultura age sobre nossos corpos, é possível pensar e trazer os exemplos da pauta LGBTQIA+ indígena no Brasil, e pensar, a partir do processo de colonização. Isso é possível através da reflexão desse processo através de alguns acontecimentos com representantes das comunidades de etnias indígenas, onde as pautas sobre a homossexualidade e homofobia foram iniciadas.

Para trabalhar essa questão, João Trevisan (2018) relata um acontecimento dentro das terras indígenas, onde para se trabalhar essa questão, as lideranças assumidas como LGBTQIA+ criaram um grupo no Facebook. Obviamente surgiram alguns entraves, principalmente porque a divisão entre homossexuais e heterossexuais é um conceito estranho às culturas indígenas. Contudo, a partir do processo de colonização e no processo assimilatório dessas culturas, foram evidenciadas algumas práticas de perseguições e preconceitos testemunhados pelas jovens lideranças indígenas.

Nesse sentido, as práticas como tentativa de normatização dos corpos indígenas é algo que acontece desde o início do processo de colonização, inclusive, pela influência cristã introjetada através da culpa. Dessa forma, é possível perceber como a cultura hegemônica usa de seu poder para tentar esvaziar esses povos de si mesmos. De fato, a colonização opera impondo regras e normas, na busca por reproduzir nos povos colonizados, uma forma de mostrar como a sua cultura, seus afetos, sua cor e seu amor são uma espécie de perversão.

Conseqüentemente a esse período, há um atraso no desenvolvimento humano, uma vez que ocorre o processo de classificação das práticas através da cultura dominante.

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) às manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são

políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder. A "política de identidade", antes referida, ganha sentido nesse contexto, pois, como diz Tomaz T. Silva (1998), é através dela que "os grupos subordinados contestam precisamente a normalidade e a hegemonia" das identidades tidas como "normais" (LOURO, 2000, p.10).

Por fim, percebe-se aí que os grupos sociais dominantes ocupam as posições centrais ditas como normais e acabam tendo por assumir posições identitárias consideradas como naturais. Nesse sentido, não representam apenas a si mesmos, mas também aos demais, a partir dos conceitos de normalidade que são estabelecidos na sua cultura. Por isso, vale ressaltar que as identidades sociais e culturais são antes de tudo políticas, pois toda sua significação no espaço social é atravessada pelas relações de poder. Em suma, pode-se compreender a partir daí a importância das discussões apresentadas pela teoria queer, pois desestabiliza e desorganiza as identidades, além de trazer para o debate as identidades insurgentes, contestando a normalidade das identidades consideradas como hegemônicas.

1.2 REALIDADE LGBTQIA+ NO BRASIL NO ÂMBITO ESCOLAR

Após a apresentação da teoria queer, se faz necessário aqui, pensar a sua importância nos âmbitos educacionais, uma vez que é através dela que será possível entender como o cenário escolar contribui para a exclusão e defasagem de pessoas queer, além de denunciar os abusos sofridos por essas pessoas.

Desse modo, esse tópico do artigo, vai de encontro com algumas realidades vivenciadas por pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar. Levantando aspectos da realidade brasileira, é possível perceber que há um esforço das vertentes conservadoras em invisibilizar esses debates dentro do espaço escolar e de deslegitimar essas existências, contribuindo então para que essas violências aconteçam.

Inclusive, as questões relacionadas a gênero e sexualidade ainda são tabus dentro da sociedade, e conseqüentemente da escola, infelizmente tornando-se um local onde os preconceitos contra a diversidade se perpetuam. Para entender melhor sobre esses elementos, pode-se levar em consideração a defasagem de pesquisas relacionadas à LGBTQIA+fobia ocorridas nos últimos anos.

Segundo Trevisan (2018), nem o governo federal, nem a polícia brasileira, e muito menos os órgãos governamentais ou ONGs de direitos humanos, chegaram a desenvolver uma metodologia de pesquisa, oficiais ou não, que abrangesse, mesmo que minimamente, o nível de violência homofóbica no Brasil. Isso corrobora para a afirmação que a pauta pelos direitos LGBTQIA+ ainda continua de importância secundária, seja em nível de segurança, de saúde ou de cidadania.

Em pleno século XXI, o único levantamento estatístico disponível de assassinatos LGBT é o relatório anual apresentado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) desde sua fundação, em 1980. Trata-se de estimativas a partir de informações coletadas de modo informal. Apontam uma quantificação aproximada, sujeita às notificações em todos os níveis, do familiar ao policial, motivadas pelo fenômeno da invisibilidade que ainda assola a população LGBT. Portanto, há uma grande probabilidade de que os números apontados sejam bem mais altos (TREVISAN, 2018, p. 484).

Segundo os dados coletados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), até meados de 2017, o relatório apontou 277 assassinatos por ódio de LGBTQIA+, uma média de 1,05 por dia, incidência que ultrapassou a média do ano de 2016. Sendo as principais vítimas desses homicídios as pessoas travestis e transexuais.

Segundo relatório de 2016, de acordo com a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil é campeão em assassinatos LGBTQIA+ na América. Os dados revelados por esses grupos nos mostram uma realidade cruel vivenciada por pessoas LGBTQIA+, desde os discursos de ódio que envolvem violências físicas e psicológicas, levando essa população ao ato de cometerem ou pensarem em suicídio.

Em vista disso, com base em uma pesquisa feita em 2015, intitulada “Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBTQIA+ e o ambiente escolar”, dos estudantes declarados LGBTQIA+, com idade média de dezesseis anos, a maioria apresentava narrativas de propensão ao suicídio. Do total, 7,7 se declararam transexuais ou travestis. Em 2016, a Rede TransBrasil contabilizou tentativas de suicídio de 64 travestis e transexuais, das quais 12 consumaram o ato. Baseadas pelas premissas da família tradicional brasileira heteronormativa e pelos discursos institucionais, as pautas LGBTQIA+ são cada vez mais silenciadas e seus crimes, muitas vezes, não são tornados públicos.

A homofobia, que veio aumentando na sociedade brasileira, atingiu em cheio as escolas. Em 2014, a Unesco divulgou a pesquisa de Juventudes e Sexualidade, realizada em 241 escolas públicas e privadas de catorze capitais brasileiras. Revelou-se aí que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter na classe um colega homossexual, enquanto 35% dos pais não gostariam que houvesse colegas homossexuais na mesma classe de seus filhos. Ao mesmo tempo 60% das/os professoras/es consultadas/os afirmaram não estar aptas/os a lidar com a homossexualidade na sala de aula. Outra pesquisa, publicada em 2009 pela Fundação Perseu Abramo, revelou que 92% da população consultada confirmou a existência de preconceito contra LGBTs, enquanto 28% declararam explicitamente sentir preconceito anti-homossexual. Constatou-se que tal porcentagem era cinco vezes maior que a dos preconceitos contra negros e idosos, também verificados na pesquisa (TREVISAN, 2018, p. 485-486).

Pensando no âmbito da educação e a importância da teoria queer nas discussões feitas nesse espaço, é possível compreender que hoje a defasagem escolar entre os/as jovens LGBTQIA+ é alta. Outra pesquisa que traz dados relevantes sobre essas questões, se deu através da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transsexuais (ABGLT) em uma pesquisa Sobre o Ambiente Educacional no Brasil no ano de 2016, onde 27% dos entrevistados afirmaram ter sofrido agressão na escola e 73% foram alvos de xingamento em razão de sua orientação sexual. Em relação à identidade ou expressão de gênero, 25% foram agredidos fisicamente dentro da escola e 68%, verbalmente. A pesquisa, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT) indica que menos da metade (42,4%) desses estudantes informou à instituição alguma vez.

As políticas de identidade sexual e de gênero vêm tomando cada vez mais espaço nos âmbitos de discussão e na busca por direitos. A homofobia é proibida por lei no Brasil, e a Constituição de 1988 censura quaisquer formas e manifestações de discriminação. No ano de 2019, o STF enquadrou os crimes de LGBTQIA+fobia como crimes previstos na lei do racismo. Mesmo assim, a realidade brasileira, vem mostrando que a luta para que esses direitos sejam de fato efetivos caminha a passos lentos, e é constantemente alvo de ataques das bancadas conservadoras.

Mediante o exposto, constata-se que a violência contra essa comunidade é inegável, sendo assim uma expressão da questão social, e de políticas públicas. Contudo, isso não é apenas fruto de um processo de formação sociocultural desigual, mas também uma violência que mata, fere e brutaliza esses corpos,

expondo-os ao ridículo e a extremos processos de exclusão por serem quem e como são.

A sexualidade, envolve como aponta Louro (2020, p. 90) “geração, raça, nacionalidade, religião, classe, etnia“. Todas essas esferas em constante diálogo e relação, constroem os sujeitos, erigindo a partir de suas vivências e práticas espaciais diferentes formas de enxergar e apreender o mundo que lhes é apresentado. As sexualidades tidas como “desviantes” e que rompem com um “CISTema”, baseado nas normas e “leis” da heteronormatividade, binariedade e cisonormatividade, sofrem diferentes processos de exclusão/violência/marginalização/subjetivação e, que se acumulam em diferentes escalas, até mesmo na escala do corpo, representadas pelas marcas violentas explícitas em diferentes sujeitos (SOUZA e FELICIANO, 2020).

Nesse sentido, compreende-se aqui que a construção das sexualidades nos moldes da heteronormatividade se dá a partir de um antagonismo em que o homem é exatamente o oposto da mulher; em que o heterossexual é o contrário do homossexual e assim por diante. Dessa forma, alguns valores contidos em algumas expressões sexuais e de gênero são supervalorizados enquanto outros menosprezados. Segundo Nogueira (2018), a construção do “ser homem” é permeada pelo reforço de uma “virilidade”, demonstração de força, impossibilidade de demonstrar fraquezas e vulnerabilidades, contenção de sentimentos, etc.

No âmbito da educação, a importância da teoria queer nas discussões feitas é fundamental, uma vez que a defasagem escolar entre os/as jovens LGBT's é alta. Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transsexuais (ABGLT), em uma pesquisa Sobre o Ambiente Educacional no Brasil em 2016, 27% dos entrevistados afirmaram ter sofrido agressão na escola e 73% foram alvos de xingamento em razão de sua orientação sexual.

Já, em relação à identidade ou expressão de gênero, 25% foram agredidos fisicamente dentro da escola e 68%, verbalmente. A pesquisa, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) indica que menos da metade (42,4%) desses estudantes relataram o ocorrido para os responsáveis pela instituição.

Em meio aos dados levantados pela ABGLT, temos também, em contrapartida às ações do MEC em relação às discussões sobre gênero e sexualidade. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pelo Congresso Nacional e, mesmo após várias discussões, não havia o trecho que se referia especificamente a gênero. Nesse sentido, a versão final colocou apenas as

discussões atreladas à "orientação sexual". Houve no entanto, a alteração no trecho em que a BNCC destaca que os sistemas e redes de ensino devem incorporar aos currículos alguns temas contemporâneos que afetam a vida humana, porém a versão final contemplou apenas as discussões sobre sexualidade, sendo gênero excluído dos currículos.

Em 2017, segundo Trevisan (2018), após anos de elaboração e várias fases de discussão minuciosas, o Conselho Nacional de Educação chegou ao projeto final da Base Nacional Comum Curricular. Questões contemporâneas ousadas sobre identidade de gênero e orientação sexual foram incluídas no plano lastro, aceitavelmente democrático, que contemplava a pluralidade dentro das salas de aula.

Depois de divulgada junto à mídia a versão prévia deste plano, o Ministério da Educação (MEC) publicou a versão oficial alterada. As mudanças aconteciam em torno dos capítulos que falam sobre "identidade de gênero" e "orientação sexual". Nesse sentido, retirava-se da nova base curricular a possibilidade de discutir as questões de gênero e sexualidade, ocultando mais uma vez os problemas que acontecem na escola, e colocando um véu por cima das violências ocorridas pela população de adolescentes e estudantes LGBTQIA+ dentro desse espaço. Colocando essas questões presentes em nossa sociedade como não relevantes. Sendo assim, na versão anterior podia se ler: "necessidade de acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero, e de orientação sexual". Na versão de 2017, ficou apenas assim relatada: "preconceitos baseados na diferença de gênero".

Em contrapartida, em 2018, segundo Trevisan (2018), o Ministério da Educação (MEC) passou a permitir o uso de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares de ensino básico, na rede pública. Essa resolução foi aprovada com unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2017.

Em vista disso, é possível perceber as lutas contra a LGBTQIA+fobia ao longo dos anos, sendo essa busca marcada por inúmeras vitórias e derrotas, muitas vezes a passos lentos. Por isso, tratar sobre o tema torna-se extremamente necessário, uma vez que essas problemáticas ocorrem em qualquer âmbito da sociedade. Principalmente na escola, onde temos um índice de defasagem grande entre a população LGBTQIA+ que se dá principalmente a partir dessa tentativa de

normatização dos corpos, reforçadas pelos discursos conservadores, que faz com que muitas violências sejam então legitimadas:

Nesse mesmo contexto, a violência direcionada aos LGBTQIA+, reforça ainda mais essa conjuntura marcada pela imposição de uma norma sexual e de gênero. Essa política de Estado dotada de elementos contraditórios e conflitivos em torno dos temas da diversidade sexual se apresenta como um dispositivo de controle e de poder sobre os corpos e as sexualidades. Dessa maneira, os movimentos conservadores constroem uma narrativa completamente equivocada em torno da diversidade e “colocam o corpo e a sexualidade em cena de modo extremamente conservador, combatendo todas as interpretações sociológicas, antropológicas e filosóficas do corpo” (CESAR e DUARTE, 2017, p. 144).

Portanto, conclui-se que, é preciso compreender essas questões com um referencial que sustenta todas as dinâmicas e transformações que vem acontecendo nesses últimos anos no cenário das identidades. Combatendo os discursos e também as ações que prejudicam a comunidade, e alimentam as violências presentes nesses espaços. A teoria queer, pode contribuir para essa discussão, pois traz um arcabouço teórico que busca compreender as práticas e entender as diferenças como constituintes dos sujeitos. Nesse sentido, o item final deste artigo busca, a partir das questões educacionais, pensar o ambiente escolar e uma pedagogia queer. As quais possam contribuir, tanto para as/os estudantes, como para os profissionais da educação que buscam alternativas para melhor lidar com essas situações.

1.2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PEDAGOGIA QUEER

As transformações recorrentes em nossa sociedade em torno da sexualidade e do gênero vem acontecendo cotidianamente, novas identidades começam a surgir, se afirmar, e desestabilizam a norma vigente em todos os espaços, inclusive na escola. Cada vez mais as/os estudantes estão tendo novas dúvidas, e é preciso que as/os profissionais da educação estejam mais embasados e preparados para respondê-las.

Pelo fato dessas questões estarem pautadas na ética e moral cristã, as discussões relacionadas à sexualidade acabam por se fecharem dentro do âmbito familiar. Assim, quando trabalhadas na escola, muitas vezes acabam por não suprir as reais demandas das/os alunas/os. Nesse sentido, a autora Debora Britzman em

seu artigo intitulado “Sexualidade, Curiosidade e Currículo”, nos traz algumas reflexões sobre como trabalhar esse tema em sala de aula:

O que acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor devem ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ser ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria? Quando os professores pensam sobre a sexualidade, o que é que eles pensam? Que tipo de conhecimento poderia ser útil para seu pensamento? Existe uma posição particular que se deveria assumir quando se trabalha com o conhecimento da sexualidade? Quais são as relações entre nosso conteúdo pedagógico e as interações que temos com os alunos e as alunas? (BRITZMAN, IN: LOURO, 2000, p. 61).

Diante disso, os questionamentos abordados nos colocam para refletir de que maneira a escola e seus profissionais estão enfrentando a questão da sexualidade em sala de aula. Será que a escola garante que os questionamentos das/dos alunas/as sejam realmente atendidas ou apenas, colocam isso como algo que deve ser discutido dentro do âmbito familiar?

Esses questionamentos fazem com que repensemos nossas práticas, principalmente se almejamos por uma escola que de fato respeite a diversidade e a pluralidade de indivíduos. Ao passo que, existe a possibilidade de que esse tema possa ser trabalhado em sala de aula em consonância com os conteúdos pedagógicos. Dessa forma, é possível compreender que trabalhando com esses conteúdos em sala de aula e dentro dos muros da escola, haverá uma aproximação maior entre os estudantes, fazendo que não se sintam excluídos ou menosprezados, pelo contrário, sejam acolhidos dentro desse espaço.

Para isso, não podemos pensar em respostas prontas e definitivas para essas questões, nem com um olhar julgador tentando definir as respostas certas ou erradas para esses questionamentos. É preciso, antes de tudo, atender às demandas específicas de cada aluna/o e, a partir disso, traçar possibilidades de reflexão que agreguem no conhecimento tanto das/os docentes quanto das/os estudantes.

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso

faz com que as questões da sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas ou erradas. (BRITZMAN, IN: LOURO, 2000, p. 61- 62).

Segundo Louro (2000), falar sobre sexualidade, ou sexo como se dizia antes, era um assunto privado, como sendo algo a ser conversado apenas com alguém muito íntimo, e preferencialmente de forma reservada. Em seus relatos ela coloca que, como jovem mulher, ela sabia que a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual a sexualidade — o sexo, como se dizia — parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. Nesse sentido, viver plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa para vida adulta, para ser partilhado com alguém do sexo oposto. Segundo a autora, antes desse momento chegar, não havia uma preparação para se viver plenamente a sexualidade. Portanto, podemos compreender que não havia um diálogo que suprisse as dúvidas ou questões sentimentais relacionadas ao sexo e à sexualidade.

Deste modo, como falar sobre sexualidade começou a não ser mais algo somente do âmbito privado e chegou às discussões presentes em nossa sociedade? E principalmente quais foram os efeitos produzidos em seu cerne? Alguns dos pontos que é possível destacar para compreender essa proliferação, foram os discursos do início dos anos 80, com a epidemia da AIDS. Entendida como o ‘câncer gay’, a doença evidenciou cada vez mais a homofobia, e seus discursos colocavam a prática homossexual como algo a ser evitado. Nesse sentido, se intensificaram as discriminações, já demonstradas por alguns setores da sociedade.

Segundo Louro (2001), ainda que a epidemia do HIV tenha causado um impacto ruim para a comunidade, ao mesmo tempo, houve um aspecto ‘positivo’, na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade. Nesse sentido, começaram alianças, não necessariamente baseadas nas identidades, mas no sentimento de afinidade que uniu os sujeitos atingidos. Outro aspecto importante, foi a proliferação de novos discursos que não se baseavam tanto nas identidades, mas sim nas práticas seguras.

Especificamente na sociedade brasileira, Trevisan nos mostra que, o surgimento da Aids, causou um fenômeno, que escancarou com veemência as discriminações em torno da homossexualidade, e ao mesmo tempo, ocorre um efeito colateral, que se deu na proliferação de informações a respeito da sexualidade. Segundo Trevisan (2018),

o vírus realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e — isto é importante! — dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade (TREVISAN, 2018, p. 425).

A partir da segunda metade dos anos 80, no Brasil, ocorre em torno desse fenômeno, gerado em relação ao vírus HIV, uma proliferação de discursos em torno da sexualidade, (e a homossexualidade), em várias instâncias, sendo elas sociais, políticas, culturais e inclusive ganha espaço dentro das escolas. No intuito de combater doenças, órgãos oficiais, tais como o MEC (Ministério de Educação e Cultura), passaram a colocar a educação sexual em seus currículos. No ano de 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para educação do País).

Vale apontar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida. Mas esse cenário esboça o início de um momento onde os debates e discussões iniciaram dentro do âmbito social. Nesse sentido, alguns questionamentos são levantados, como por exemplo, como é possível pensar a teoria queer, que é uma teoria que tem como pretensão desestabilizar e desorganizar as estruturas sociais, como algo a ser assimilado dentro dos currículos educacionais, e nas práticas pedagógicas? Ou mais, as escolas e as/os profissionais da educação estão preparadas/as para fazer esses debates? E por fim, de que forma a teoria queer pode contribuir não apenas para a aceitação das diferenças, mas para incorporação na prática pedagógica de outros conteúdos?

A taxa de defasagem escolar por parte da população LGBTQIA+, que não se enquadra nos padrões de heteronormatividade é alta, por esses motivos a teoria queer pode contribuir para que a escola perceba espaços de desconstrução e que possa ter um diálogo aberto para a aceitação das diferenças. Desta forma, a teoria queer pode se inserir dentro dos currículos educacionais como uma ferramenta para desorganizar as relações heteronormativas, visando com isso contribuir para novos debates e práticas educacionais, em um sentido que não seja de categorizar as

sexualidades certas ou erradas, e nem como um aparato para civilizar estudantes para a norma hegemônica. Segundo Lopes:

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiram de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalham, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2001, p. 550).

Segundo Louro, o currículo queer, não busca uma tolerância, pois tolerância se dá no âmbito de aceitar aquilo que não gostamos, e muito menos de colocar as diferenças constituintes dos sujeitos que se desviam da norma como algo exótico. A pedagogia queer, estaria voltada para a produção das diferenças e pensaria não apenas nas identidades ditas como “marginais”, mas colocaria todas as identidades como uma construção cultural e social, sendo algo que está presente na vida de todo sujeito.

Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, p. 550, 2001).

A teoria queer vem ao encontro da educação, por propor um trabalho que não enaltece as diferenças sexuais e de gênero, mas descentraliza as relações de poder existentes e quebra com a dicotomia homossexual/heterossexual, colocando as identidades como algo instável e não natural. Nesse sentido, todas as pessoas estão inseridas nesse processo, não só aqueles que são entendidos como o “outro”, como o diferente. Há, entretanto, uma grande problemática em torno dessas questões, como nos coloca Louro (2001), nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade.

Os discursos sobre sexualidade evidentemente continuam se modificando e se multiplicando. Outras respostas e resistências, novos tipos de intervenção social e política são inventados. Atualmente, renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais. Esses discursos não são, obviamente, absolutos nem únicos; muito pelo contrário, agora, mais do que antes, outros discursos emergem e buscam se impor; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, política e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas. Aprendemos, todos, em meio a (e com) essas disputas (LOURO, 2000, p. 22).

Para uma pedagogia e um currículo queer não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados. O objetivo é tornar evidente a heteronormatividade, demonstrando o quanto é necessária a constante reiteração das normas sociais regulatórias, uma vez que garante a identidade sexual legitimada. Bem como, analisar as estratégias – públicas e privadas, dramáticas ou discretas – que são mobilizadas, coletiva e individualmente, para vencer o medo e a atração das identidades desviantes e para recuperar uma suposta estabilidade no interior da identidade-padrão.

Para tal proposta de currículo, é preciso estar atento às mudanças e transformações sociais que vêm ocorrendo. E principalmente, quebrar com os binarismos que usualmente são convencionados como referência a essas questões. É preciso também, olhar para os discursos conservadores, que buscam incessantemente formas de implementar a perpetuação dos valores e práticas tradicionais. A saber:

Os discursos sobre sexualidade evidentemente continuam se modificando e se multiplicando. Outras respostas e resistências, novos tipos de intervenção social e política são inventados. Atualmente, renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais. Esses discursos não são, obviamente, absolutos nem únicos; muito pelo contrário, agora, mais do que antes, outros discursos emergem e buscam se impor; estabelecem-se controvérsias e contestações, afirmam-se, política e publicamente, identidades silenciadas e sexualmente marginalizadas. Aprendemos, todos, em meio a (e com) essas disputas (LOURO, 2000, p. 22).

Precisamos compreender e entender a escola como um espaço que busca pelo aprendizado, e a partir da teoria queer, temos a compreensão que, o papel da educação nesse sentido, é o de desnaturalizar as relações de gênero e sexualidade, assim como todas as outras identidades. Entender o ensino como algo que é um

processo de continuidade, que não existem respostas prontas e definitivas para nada, e que o processo de conhecimento é algo que está em constante transformação é o objetivo de uma escola democrática e esclarecida.

Se tratando das identidades, e dos sujeitos, é necessário compreender que estes não são fixos, e que desse modo, a educação deve trabalhar em prol destas para que sejam abertas e plurais, ouvindo os sujeitos, a partir de seus contextos sociais, culturais e políticos. Uma pedagogia queer, pode contribuir para que qualquer pessoa dentro do âmbito escolar possa se sentir contemplada, e com isso evitar que sejam exercidos julgamentos em relação aos seus desejos e relações por meio de adesão a modelos comportamentais.

Vistos sob essa perspectiva, uma pedagogia e um currículo queer 'falam' a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar. Certamente, essas estratégias também acabam por contribuir na produção de um determinado 'tipo' de sujeito. Mas, neste caso, longe de pretender atingir, finalmente, um modelo ideal, esse sujeito – e essa pedagogia – assumem seu caráter intencionalmente inconcluso e incompleto (LOURO, 2001, p. 552).

Por fim, compreende-se que a teoria queer juntamente com a ação pedagógica, tem como propósito se dirigir não apenas a quem se reconhece nessa posição de fora da norma, mas mostrar que nenhuma das identidades são naturais. Veja bem, na medida em que se fala aqui da classificação e dos discursos feitos a partir das identidades, não se questiona os desejos e atrações de cada sujeito. A pedagogia queer, quer desconstruir e reformular a visão que tradicionalmente se tem em torno das identidades, mostrando que todas elas são criadas e incorporadas dentro da sociedade a partir da cultura que o sujeito se insere. Assim como, mostrar que a maneira que as pessoas se identificam são fluidas, como algo que pode ser usado para explicação de qualquer existência.

Nesse sentido, o queer vem para contribuir para a erradicação das violências sofridas por aquelas/es que não se enquadram dentro da norma vigente, desconstruindo a noção de que há uma prática correta e outra errada. Nesse sentido, uma pedagogia queer, coloca em xeque a noção de um sujeito determinado, um

conhecimento que busca respostas prontas e definitivas, ou ainda a ideia de querer incorporar um modelo ideal a ser seguido. O queer assume então, em sua essência, que nada está determinado, assim como o conhecimento, mas está pronta para demonstrar que essas questões são de um caráter inconcluso e incompleto..

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender então, que a teoria queer não é em si uma defesa da homossexualidade, mas sim uma teoria que visa a ideia de uma não naturalização das sexualidades e do gênero. Através da perspectiva queer é possível compreender a existência como algo plural, de sujeitos sem uma essência determinada. Ainda nesse sentido, o queer é pensado como uma construção cultural, social e também histórica, colocando as identidades como partes de uma composição onde algumas são aceitas e outras excluídas ou deslegitimadas. Como é o caso da lógica que opera através de um binarismo, ou seja, homem/mulher, homo/hétero.

Dessa maneira, influenciada principalmente pelo pós-estruturalismo francês, alguns de seus referenciais se dão através da construção discursiva das sexualidades propostas por Michel Foucault, pela operação de desconstrução dos binarismos de Jacques Derrida, e pela teoria da performatividade de Judith Butler. Tendo no Brasil suas principais referências pela Louro, como também João Silvério Trevisan. Nesse sentido, a crítica queer se dá de modo a questionar essa construção do sujeito ocidental através da lógica da desconstrução onde a identidade é formada sempre a partir do olhar do outro, sendo esse outro: homem, hétero, cristão e de classe média/alta. Logo, a luta queer visa pensar em todos os sujeitos que de alguma forma não se enquadram dentro dessa lógica da normatividade.

Assim, através de análise de dados, principalmente do grupo GGB, foi possível identificar que a população LGBTQIA+ sofre e vem sofrendo ataques dos âmbitos mais conservadores da nossa sociedade. Estes têm o intuito de retirar direitos e também negar a possibilidade de existência, não dando visibilidade para sujeitos que fogem da normatividade esperada. Isso acontece também no âmbito escolar, onde segundo os dados coletados pelo GGB, estudantes LGBTQIA+ já sofreram violências, e não se sentem seguros dentro espaço.

Nesse sentido, a teoria queer juntamente com a educação se encontram e se conectam na tentativa de criar um currículo que possa compreender e promover formas de vivências da individualidade, combatendo falsos valores que muitas vezes são usados como justificativas para a discriminação dentro desse ambiente. Isso serve não apenas para a população LGBTQIA+, mas para todas as pessoas que não se enquadram dentro dos parâmetros sociais e morais do que é ser homem ou mulher. Ressaltando que a teoria queer não compreende nenhuma identidade como natural, isso quer dizer que todos os sujeitos são constituídos por diferenças. Ainda nesse sentido, uma pedagogia queer não entende a diferença como algo que pertence apenas aqueles que fogem da norma, mas sim como algo constituinte de todo sujeito.

Em virtude disso, é possível entender a escola como um espaço que busca pelo aprendizado, e que a partir da teoria queer haverá uma compreensão maior acerca do papel da educação, que com o objetivo de desnaturalizar as relações de gênero e sexualidade, buscam eliminar qualquer tipo de preconceito acerca das identidades. Assim, entender o ensino como algo que é um processo de continuidade, que não existem respostas prontas e definitivas para nada, e que o processo de conhecimento é algo que está em constante transformação é o objetivo deste trabalho.

Se tratando das identidades, e dos sujeitos, é necessário compreender que estes não são fixos, e que desse modo, a educação deve trabalhar em prol das identidades abertas e plurais, ouvindo os sujeitos, a partir de seus contextos sociais, culturais e políticos. Uma pedagogia queer, pode contribuir para que qualquer pessoa dentro do âmbito escolar possa se sentir contemplada, e com isso evitar que julgamentos em relação aos seus desejos, relações amorosas e sexuais não sejam alvos de preconceitos, por meio de adesão a modelos comportamentais. Com isso o queer, busca mostrar que existem outras possibilidades e modos positivos e criativos de se pensar modos de vida diferentes.

Contudo uma pedagogia ou currículo queer não são os usuais, isso não quer dizer que não sejam efetivos, o que acontece é que, essa teoria não traz uma receita pronta, e não tem uma função civilizatória dos sujeitos. Pelo contrário, a pedagogia e um currículo queer vão de encontro a todas as pessoas, buscando a

desnaturalização e questionamentos pertinentes desestabilizando as estruturas que sempre foram vistas como incontestáveis.

Portanto, a pedagogia queer, por todos esses motivos, acaba por assumir um caráter intencionalmente inconcluso e incompleto e justamente por isso também traz uma reflexão, além de estimular novos questionamentos acerca do conhecimento. Como diz Louro (2001), tal como os sujeitos de que fala, a teoria queer é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece arriscada. E talvez seja mesmo, mas, seguramente, ela também faz pensar.

REFERÊNCIAS

- Britzman, D. (2000). Curiosidade, sexualidade e currículo. In Louro, G. L. O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. (61-82). Belo Horizonte: Autêntica
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.151-172.
- CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. Educ. rev., Curitiba, n. 66, p. 141-155, Dec. 2017.
- GRUPO GAY DA BAHIA. Manual de Sobrevivência. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/08/manual-de-sobrevivencia-homossexual.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- JATENE, Izabela da Silva. Tribos urbanas em Belém: Drag queens – rainhas ou dragões? Belém, 1996.
- MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Editora Paz e Terra, 2015, (Introdução).
- LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. Estudos Feministas. Ano 9(2), 2001.
- MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Editora Paz e Terra, 2015, (Introdução).
- NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: Leonardo Nogueira, Erivan Hilário, Thaís Terezinha Paz e Kátia Marro (orgs.). Hasteemos a bandeira colorida – diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. Revista Geografia em Atos (Geo Atos online) - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 121-140, mar, 2020.
- TREVISAN. João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4a edição revista, atualizada e ampliada, 2018.

Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In Louro, G. L. O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. (24-61). Belo Horizonte: Autêntica